



GT 13. Antropologia dos direitos e das moralidades: Estado, "violência" e

Coordenador(es):

Flavia Medeiros Santos (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Lucia Eilbaum (UFF - Universidade Federal Fluminense)

O GT debaterá práticas, sentidos e valores associados a processos de configuração da “violência de estado” nas suas dimensões políticas, sociais e morais. Consideramos “violência” como categoria local, relacional e polissêmica, interessando discutir etnografias que analisem processos e/ou casos classificados como violência e como esta categoria têm efeitos na produção de direitos, moralidades e nas práticas de intervenção estatal e/ou paraestatal. O GT terá como questões: como se constroem práticas e moralidades em torno da categoria violência de estado?; como são criados, manipulados, incorporados, legitimados e/ou naturalizados dispositivos que resultam em processos e/ou casos definidos como violência de estado?; como se estabelecem movimentos sociais e processos políticos de demanda por direitos humanos e luta contra a violência de estado?; como casos denunciados como violência de estado repercutem? Esperamos trabalhos que analisem a relação entre violência de estado e direitos humanos, sua profundidade e continuidade histórica e categorias que lhe dão forma em processos sociais singulares. Em especial, etnografias que discutam práticas estatais e dispositivos de intervenção (burocráticos, judiciais, policiais, administrativos); processos de demandas e mobilização por direitos, considerando regimes políticos distintos e; contextos de demanda por justiça, verdade, memória, reparação, e denúncia de violência institucional, extermínio, terrorismo de estado e genocídio.

As reflexões e as sensibilidades das mães e avós a respeito das perdas violentas de seus filhos e netos no Nordeste brasileiro: uma etnografia da agência subjetiva das mulheres.

Autoria: Leonardo Damasceno de Sá (Universidade Federal do Ceará), Arthur Felipe Lins de Souza Pontes Carliana Isabel Nascimento Pereira

Perda, dor, desespero, raiva, vingança, medo, sofrimento, adoecimento, abandono, impotência, isolamento, depressão, fé, desesperança, revolta, resignação, silêncio, grito, criminalização, direitos negados, desejo de justiça são alguns símbolos que sumarizam parte das experiências vividas pelas mulheres que perderam filhos, netos e outros ?entes queridos? para as ?guerras? armadas das facções, milícias, polícias, dentre outros contextos de morte por agressão. Nos fluxos da vida, as experiências socioculturais que elas experienciam estão mergulhadas nesse emaranhado de sentimentos que evocam confusão, conflitos diversos e, também, regimes morais para lidar com tantas tensões e silenciamentos. Na perspectiva de uma antropologia da pessoa, as mulheres não são apenas papéis sociais de mães e avós, como tende a fixar o modelo do antagonismo sexual heteronormativo e masculinista. Para além dele e contra ele, as mulheres são agências, são trajetórias, histórias de vida, movimentos, seres sociais em luta. Nesse sentido, as mulheres das periferias do Nordeste do Brasil que vivem em favelas das grandes cidades não são apenas indivíduos de uma população que carregam informações em seus corpos que podem ser observadas por pesquisas de dados sobre elas e a partir delas. Elas são pessoas concretas, sujeitos de conhecimento, de práticas de conhecimento, de formas de pensar, de sensibilidades e outras habilidades agentivas. Baseando-nos em entrevistas etnográficas e não etnográficas com mulheres que perderam filhos e netos em situação de morte matada por arma de fogo, em conflitos diversos nas dinâmicas criminais, confronto de facções e com policiais ou grupos de extermínio, buscar-se-á descrever e refletir o que as mulheres têm a dizer sobre justiça, direito, polícia, crime, moralidade, estado e democracia, pois esses temas ?grandiloquentes? não são monopólio de



especialistas (homens) discursando sobre a realidade. Pessoas comuns com baixa escolaridade e em contextos de forte opressão, como as mulheres de nossa interlocução, não são incapazes, ao contrário, sabem pensar, refletir e propor soluções, e isso não é um mero postulado, mas uma constatação empírica, como se procura mostrar etnograficamente, inspirando-nos em debates antropológicos de Veena Das, Judith Butler, Tim Ingold e Marilyn Strathern sobre a relação pessoa, direito, gênero e moral, bem como na literatura antropológica já existente sobre o tema no Brasil.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: